

O lobby na nova Carta

21 JUN 1987

Aumenta pressão sobre Constituinte

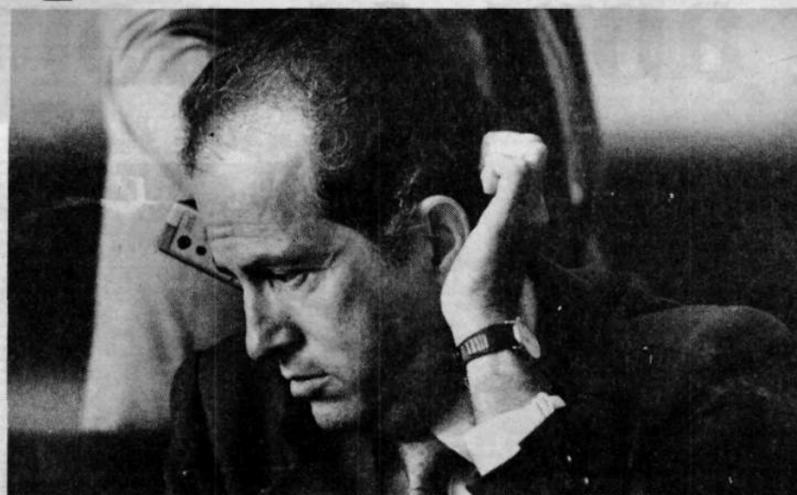
Nesta semana a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura apresentará à Constituinte uma proposta de reforma agrária que, segundo o presidente da entidade, Joaquim Francisco, reunirá mais de dois milhões de assinaturas. Enquanto isso, o governo e as organizações patronais optaram por concentrar sua capacidade de influência e pressão sobre a Comissão de Sistematização, onde, até o dia 26, deverá ser apresentado o parecer do relator Bernardo Cabral, para posterior recebimento de emendas.

A proposta de reforma agrária da Contag, seria o ponto alto da nova tática que os trabalhadores rurais e urbanos decidiram utilizar para influir com maior eficácia sobre a Constituinte: a mobilização popular, ao invés da mera ação sobre os integrantes da Assembléia. Nas maiores cidades do país já estão sendo realizados pequenos comícios para pressionar os constituintes, com vistas ao acatamento das propostas de interesse da sociedade.

Além da reforma agrária, patrões e empregados estão divididos em torno de algumas questões da área trabalhista, como o restabelecimento do princípio da estabilidade, o limite de 40 horas semanais de trabalho e a ampliação do direito de greve. O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco adverte que, se incorporadas à Constituição, essas reivindicações dos trabalhadores "podem levar o comércio e a indústria ao caos e fazer o país andar na contramão". O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores — CGT — Joaquim dos Santos Andrade, aponta a disposição da entidade de lutar pela preservação dessas "conquistas" alcançadas nas Subcomissões Temáticas da Assembléia.

Em meio ao conflito entre patrões e empregados, o Palácio do Planalto também usa seu poder de "persuasão" para assegurar o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, que se mostra preocupado com o tom emocional e com o radicalismo dos debates e das decisões da Assembléia.

Entre as entidades de profissionais liberais, a Ordem dos Advogados do Brasil pretende deslocar para a Comissão de Sistematização os 18 advogados que acompanharam os trabalhos das Comissões Temáticas. A OAB confia em conquistar algumas das suas reivindicações principais tendo em vista, en-



Para Albano Franco, medidas podem levar a indústria ao caos



José Francisco explica tática

tre outros fatores, que o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, é ex-presidente da entidade.

A Associação Brasileira de Imprensa luta para que sejam preservadas as emendas apresentadas pelo delegado da entidade em Brasília, senador Pompeu de Sousa, relativas à liberdade de imprensa e à abolição da censura.



Fiesp considera relatório inadequado

OAB debate seus planos com Cabral

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai intensificar o seu trabalho de pressão na Constituinte visando a aprovação de suas propostas na nova Constituição, cuja reivindicação principal é a isenção Constitucional da Advocacia. A OAB espera ter no relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), ex-presidente da entidade, o seu principal canal de comunicação na Constituinte.

Segundo o presidente da OAB-DF, Amauri Serralvo, o birô de 18 advogados que atuou nas Comissões Temáticas e a Comissão Constitucional de Alto Nível formada para acompanhar os trabalhos da Constituinte já teve vários encontros com o relator. Nas próximas semanas, os membros do Conselho Federal dos Advogados pretendem discutir com Bernardo Cabral as propostas da OAB na Constituinte.

Além do relator, a Ordem conta com um grande número de deputados que pertencem a seus quadros e que poderão auxiliar no trabalho de apresentação de emendas e persuasão dos seus colegas a aceitar as propostas da entidade. A OAB calcula em quase 80 por cento o número de constituintes filiados à entidade. Quatro deles merecem atenção especial: o próprio Bernardo Cabral, o relator adjunto da Comissão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), ex-conselheiro da OAB-RS, o deputado Michel Temer (PMDB-SP), autor da emenda que cria as imunidades profissionais do advogado, e o senador Muaricio Corrêa (PDT-DF), ex-presidente da OAB-DF.

Justiça gratuita
Amauri Serralvo destacou também que a OAB defende na Constituinte uma proposta que isenta o cidadão das custas judiciais. "Isto é uma reivindicação antiga da Ordem" arrematou Serralvo. Ele relacionou também as principais emendas que a Comissão de Alto Nível vai tentar fazer valer na Comissão de Sistematização. São elas: participação da OAB na composição dos tribunais federais e estaduais mediante lista elaborada pela entidade; criação do Tribunal de Alcada, defendido pela seção mineira da OAB; incentivo à participação popular na Assembléia Constituinte e desmembramento do Ministério Público em promotória e advocacia consultiva da União. "Atualmente, o MP tem uma função dupla porque ele é ao mesmo tempo promotor e advogado da União" explicou o presidente da OAB-DF. Os advogados já obtiveram algumas vitórias na Constituinte. As propostas de isenção Constitucional da categoria e de participação na composição dos tribunais foram acatadas, em parte, pelo relator da Comissão da Organização dos Poderes, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), parlamentar de formação jurídica.

Birô
Amauri Serralvo adiantou que a Comissão Constitucional de Alto Nível vai passar a trabalhar em cima do texto do anteprojeto do relator, a ser apresentado até a próxima sexta-feira, para fazer sugestões de aprimoramento. Já o birô formado por 18 advogados, indicados pela OAB-DF e designado pelo Conselho Federal dos Advogados, passará a atuar junto aos membros da Comissão de Sistematização. Ele destacou que as reivindicações da OAB são de ordem pública ao contrário dos grandes lobbies empresariais que defendem interesses próprios. "Além das questões ligadas diretamente ao dia-a-dia da entidade a Ordem tem defendido a aprovação de propostas referentes à Reforma Agrária, mas evidentemente não com o empenho da Contag", finalizou Serralvo.

Reforma sai "na marra", diz a Contag

A esperança da implantação da reforma agrária no país está depositada em uma emenda popular, com mais de 2 milhões de assinaturas, que será apresentada esta semana pela Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — à Comissão de Sistematização. Inconformados com a manobra política da UDR (União Democrática Ruralista) na votação do anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica, os trabalhadores rurais ameaçam fazer a reforma agrária "na marra", mesmo se preciso for através de revolta popular, alerta o presidente da Contag, José Francisco da Silva.

"Quem faz reforma agrária não é a lei, é o Executivo", comentou o presidente da entidade, meio decepcionado, ao afirmar "que em governo de empresários e latifundiários a reforma agrária é uma utopia". Entretanto revelou que "a guerra não está perdida", ressaltando que esta é a própria luta pela sobrevivência do homem do campo.

Propostas

Reconhecimento de que a propriedade tem de ter a sua obrigação social, preservação de desapropriação das pequenas propriedades de até três módulos, garantia de que as propriedades terão um limite máximo e que ultrapassado, estariam sujeitas à desapropriação, perda sumária dos excessos de propriedade e indenização em TDA (Títulos da Dívida Agrária), além da emissão imediata da posse da terra são as principais bandeiras de lutas da Contag para a nova Constituição. "A justiça vem sendo o AI-5 da reforma agrária", desabafou José Francisco da Silva.

A possibilidade da Comissão de Sistematização aprovar um documento final aquém do Estatuto da Terra — elaborado no governo Castelo Branco — foi considerado como uma desgraça para o homem do campo pelo presidente da Contag. "Será o descrédito total do Legislativo, completando o descrédito nas instituições, já que o Executivo não merece confiança de ninguém", desabafou. Outra hipótese é a aprovação de um texto próximo ao Estatuto da Terra. "Será outra decepção, mas ainda pode haver uma maneira de contornar uma revolta popular", disse José Francisco.

O líder rural reconheceu que o substitutivo elaborado pelo deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-MG) foi a primeira tentativa de avanço do Estatuto, como por exemplo na delimitação da propriedade máxima, "que nós queremos de 60 módulos e ele defendeu de 100", disse. Já o senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão Temática, sequer fixou este limite, como também incluiu a decisão da posse através da ida à Justiça e jogou a implantação da política agrícola para lei ordinária.

Em síntese, o presidente da Contag revelou que "mais uma vez o poder econômico prevaleceu", através dos interesses anti-reformistas "dos reacionários e dos latifundiários". Frisou que os trabalhadores rurais não serão, daqui para frente, tão ingênuos e menosprezar o poder da UDR. "Vamos para a briga mas protegidos e armados", frisou.

Os grupos econômicos, tantos nacionais como estrangeiros, investiram bilhões de cruzados nas últimas eleições, salientou José Francisco da Silva. Segundo o líder rural, "em cada estado do país foram os candidatos que receberam dinheiro e assumiram compromissos com grupos altamente reacionários". Citou por exemplo o caso da UDR, que financiou a campanha de políticos, inclusive do PMDB, "quase sempre ricos fazendeiros, proprietários, que entraram no partido apenas para aproveitar a imagem do Plano Cruzado", afirmou. Depois de toda euforia, prosseguiu, o povo sentiu que Plano era só para enganar o eleitor, "mas já era tarde, pois os maiores reacionários deste país foram eleitos", disse. Mas a história não terminará por aí, pois a Contag promete revelar em cada praça pública do país, os nomes dos constituintes que na votação do plenário disseram não à reforma agrária.

Prisco condena emprego estável

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA), membro da Comissão de Sistematização, manifestou-se ontem contrário aos dispositivos aprovados pelas comissões temáticas, sobre a estabilidade no emprego e para a fixação de uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. A seu ver, a questão da estabilidade requer um exame mais amadurecido. Além disso, como notou, antes de tudo é preciso verificar se as condições da economia do país permitem essa pretendida estabilidade.

O parlamentar baiano lembrou que, no ano passado, o Legislativo chegou a examinar um projeto-de-lei ordinário, de iniciativa do então líder governista Pimenta da Veiga (MG), tratando do mesmo tema. "Na época — acrescentou — ficou bem claramente demonstrado que adotar tal medida representaria ao mesmo tempo criar condições para uma rotatividade muito grande de trabalhadores nos empregos". Prisco prefere outros mecanismos de, comp. explicou, "efetiva proteção ao trabalhador" e não medidas que possam prejudicá-lo.

Indústria cria frente contra as inovações

A estabilidade no emprego e o limite de 40 horas semanais de trabalho, aprovados no anteprojeto da Comissão da Ordem Social, mereceram a reprovação do senador Albano Franco (PMDB/SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O empresariado nacional está revoltado com estas inovações que podem — se passar pela Comissão de Sistematização — ser incluídas no novo texto constitucional. "Estas medidas podem levar a indústria e o comércio ao caos e fazer o país andar na contramão", alertou o senador.

A criação de uma frente patronal, unificando os interesses comuns de grupo de parlamentares ligados diretamente à indústria, comércio e a classe rural, foi a saída encontrada para combater, seja na Sistematização ou nas votações em plenário, a aprovação destes mecanismos inovadores no capítulo dos direitos dos trabalhadores na Constituição. "Temos que pensar, em primeiro lugar, no país, portanto é hora de negociação", comentou o senador. Revelou ainda que a CNI pretende desencadear no início desta semana, em todo o país, uma campanha de conscientização nacional pregando um pacto social-político, com a finalidade de "dar uma contribuição de engajamento e luta na tentativa de retirar o Brasil da difícil crise econômica que atravessa".

Alternativas
A implantação da estabilidade no emprego após 90 dias de contrato foi considerado nocivo à economia empresarial pelo presidente da CNI, e que inclusive já se tornou o pavor de milhares de indústrias, "deixando muita gente com pulga atrás da orelha", afirmou. Como alternativa, o senador propôs a criação de um Fundo de Assistência ao Desempregado, sem contudo esclarecer a sua composição: se os empresários bancariam sozinhos ou subsidiados pelo Governo Federal.

Este novo dispositivo, segundo comentário do senador, prejudica a oportunidade da geração de novos em-

pregos, de promoções e da rotatividade no mercado de trabalho. "O bom funcionário jamais será demitido", frisou. Outras sugestões da CNI para vetar a estabilidade de emprego, seria o pagamento em dobro do aviso prévio, proposta aprovada unanimemente pela classe empresarial.

A CNI discorda totalmente da redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais, mas considera viável a negociação em torno das 44 horas. Argumenta o senador que o único país do mundo que tem um dispositivo limitando em 40 horas o trabalho semanal é Portugal. "Deve ser por esta razão, que a economia deles é tão débil", ironizou.

O sistema de horas extras no trabalho, defendida literalmente pela CNI, vem recebendo duras críticas dos parlamentares "progressistas", e sua aprovação dependerá da votação em plenário. Os parlamentares "empresários" pretendem insistir também na manutenção do regime de prescrição das causas trabalhistas nos dois anos atuais, e não nos 10 anos defendidos pelos trabalhadores.

Outra batalha travada pela CNI vai de encontro com a supressão da excessiva liberdade de tributação, tanto para a União, quanto para os Estados e Municípios. "Temos que evitar que o país caminhe no sentido de inviabilização da empresa nacional", afirmou Albano Franco. A CNI desenvolve dentro da Constituinte uma ampla campanha contra a estatização, propondo um fortalecimento do poder de fiscalização e de decisão do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União. Para tanto, o senador sugeriu inclusive a instituição do "Ombudsmm" para ajudar a ação pública do Executivo na fiscalização.

A CNI tem como ideologia que "a atividade econômica tem por objetivo a satisfação das necessidades humanas, através do incremento da renda e da riqueza, possibilitando a liberdade de iniciativa e de mercado".

contemple tantos direitos para os trabalhadores".

Altenfelder prega uma ampla negociação entre todas as correntes da sociedade sobre o capítulo da ordem econômica que trata dos direitos dos trabalhadores. "A questão da estabilidade, por exemplo, acrescenta ele, não pode ser tratada na base do "sim" ou "não", mas ser objeto de uma discussão aprofundada, mas sem radicalismos. Este não é um tema dogmático, afinal".

Falando em termos de princípios, o diretor da Fiesp diz que a nova Constituição do país deve contemplar, em primeiro lugar, o regime das liberdades e representar um grande pacto entre os brasileiros, não só no campo político mas, principalmente, nas áreas econômica e social. E este pacto pressupõe a participação ativa de toda a sociedade, de todos os brasileiros, enquanto cidadãos, na elaboração da Carta.

"A liberdade é a projeção principal da dignidade humana — diz Altenfelder. Por isto, é preciso uma limitação precisa da ação estatal, pois o Estado vem sufocando a liberdade de iniciativa, que é a inspiração de toda a democracia".

Propostas preocupam Fiesp

A estabilidade no emprego, a jornada de trabalho de 40 horas semanais, o pagamento de férias em dobro, são os pontos constantes do relatório da Comissão da Ordem Social que mais preocupam os dirigentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), caso venham a ser incorporados no novo texto constitucional em elaboração.

O vice-presidente da Fiesp, Ruy Altenfelder que vem acompanhando há mais de um ano os trabalhos preparativos da Assembléia Nacional Constituinte e depois as diversas comissões que vieram a ser instaladas, afirma: "As propostas contidas no relatório da Comissão da Ordem Social não se coadunam com o estágio de desenvolvimento econômico que o país atravessa".

"É preciso, diz Altenfelder, que os direitos que venham a ser inseridos na Carta Magna do país sejam exequíveis. Para isto, a ordem econômica não pode ser dissociada do ordenamento social. Do contrário, corre-se o risco de fazer exatamente aquilo de que o dr. Tancredo Neves tanto temia. Utilizar a Carta como remédio para todos os males do país. Sinceramente, eu não conheço nenhuma constituição do mundo que